

# CARTA DE CONJUNTURA

ANO 26 Nº 04  
Abril de 2017



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## EXPORTAÇÕES

**A operação  
Carne Fraca e as  
exportações gaúchas**

## POPULAÇÃO

**Fim do bônus  
demográfico.  
E agora?**

● A evolução do Índice de Rentabilidade das Exportações Gaúchas no período 2008-16 ●

A recessão brasileira pelo retrovisor

● Política fiscal, crescimento e confiança ●

Reflexões sobre as novas exigências de conteúdo local e o Polo Naval de Rio Grande

● Organização administrativa e acadêmica do ensino superior no Rio Grande do Sul ●

Homicídios dolosos e eficiência policial no Rio Grande do Sul e na  
Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2007-16

# A operação Carne Fraca e as exportações gaúchas

**Sérgio Leusin Jr.**

[sergio@fee.tche.br](mailto:sergio@fee.tche.br)

**Pesquisador em Economia  
da FEE**

**Rodrigo Daniel Feix**

[rfeix@fee.tche.br](mailto:rfeix@fee.tche.br)

**Pesquisador em Economia  
da FEE**

Conforme amplamente noticiado nos veículos de imprensa nacionais e internacionais, no dia 17 de março, a Polícia Federal deflagrou a operação Carne Fraca, resultado de investigação sobre um esquema de corrupção na fiscalização das carnes produzidas no Brasil. A principal ilegalidade apontada foi a facilitação da produção de alimentos adulterados, o que, de acordo com a Polícia Federal, envolvia a emissão de certificados sanitários sem a fiscalização efetiva, em troca de vantagem econômica. A investigação apurou irregularidades em 21 frigoríficos, situados no Paraná (18), em Goiás (dois) e em Santa Catarina (um).

Segundo as estatísticas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 2016, o Brasil foi o maior exportador mundial das carnes bovina e de frango e o quarto maior exportador de carne suína. De acordo com os números da Secretaria de Comércio Exterior, no último ano, as carnes brasileiras foram embarcadas para 174 países e totalizaram US\$ 14,2 bilhões em vendas. O excelente desempenho comercial do setor de carnes brasileiro historicamente tem sido atribuído ao *status* sanitário do rebanho nacional, à qualidade da carne ofertada e aos menores custos de produção. Com a operação Carne Fraca, ainda que temporariamente, deterioraram-se as condições de credibilidade e a reputação de que desfrutava essa indústria no mercado internacional. Conformou-se, assim, um ambiente de incertezas para uma cadeia produtiva que emprega mais de um milhão de pessoas com carteira assinada, segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego.

Na última quinta-feira (6 de abril), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) divulgou os números das exportações do Brasil e das unidades da Federação referentes ao mês de março. Viabilizou-se, dessa forma, uma primeira avaliação das repercussões de curto prazo derivadas da operação da Polícia Federal sobre as exportações brasileiras e gaúchas de carnes. Ainda que nenhum frigorífico situado no Rio Grande do Sul tenha sido alvo da investigação, a imagem do produto brasileiro foi negativamente afetada, o que, indiretamente, pode afetar a condição competitiva das empresas do setor no Estado.

As estatísticas referentes a março apontam que o valor das exportações das três principais carnes comercializadas pelo Brasil (de frango, suína e bovina) subiu 7,8% comparativamente ao mesmo mês do ano passado. Até fevereiro, as vendas cresciam a taxa de 17,4%, o que sinaliza uma desaceleração. Em março, embora tenha ocorrido queda no volume embarcado, a elevação nos preços médios (US\$/tonelada) determinou o crescimento do valor exportado. No Paraná, estado que concentra a maioria absoluta dos frigoríficos investigados, somente o valor das exportações de carne bovina foi inferior ao registrado em março de 2016 (-31,2%). Ajuda a explicar esse resultado o fato de apenas três dos 18 estabelecimentos investigados estarem habilitados para a exportação. Em Goiás, houve crescimento no valor exportado dos três tipos de carnes avaliadas (alta de 13,5% no total). Essa variação é surpreendente, pois os dois frigoríficos investigados comercializam para mais de uma dezena de países e, assim como os demais envolvidos, foram proibidos de exportar logo após a deflagração da operação. Presume-

-se que outras plantas industriais do Estado aumentaram suas exportações e/ou pode ter ocorrido uma expansão das vendas dos frigoríficos atingidos durante a primeira quinzena do mês.

No Rio Grande do Sul, o valor das exportações de carnes cresceu 8% em março, impulsionado pela elevação nos preços médios das carnes de frango e suína. Até fevereiro, o crescimento médio era de 29,9%. Em se tratando dos destinos das exportações, as maiores elevações absolutas em valor ocorreram nas vendas de carne suína para a Rússia (mais US\$ 13,9 milhões; 100,9%) e de carne de frango para o Egito (mais US\$ 5,5 milhões; 84,9%) e a China (mais US\$ 4,4 milhões; 4,4%). Por outro lado, as maiores quedas absolutas em valor ocorrem nas vendas externas de carne de frango para a Venezuela (menos US\$ 6,9 milhões; -100%) e a Arábia Saudita (menos US\$ 6,4 milhões; -37,7%) e de carne suína para a China (menos US\$ 6,2 milhões; -87,9%) e Hong Kong (menos US\$ 2,1 milhões; -28,7%). Apenas as exportações de carne bovina recuaram em valor (-13,1%) e volume (-9,9%). Os principais destinos responsáveis por essa dinâmica foram Hong Kong (menos US\$ 829,5 mil; -34,5%) e China (menos US\$ 612,3 mil; -30,7%).

Apesar da desaceleração, o desempenho exportador no mês de março não deixa de ser surpreendente, principalmente se consideradas as expectativas alarmistas difundidas imediatamente após a deflagração da operação Carne Fraca. Mas é possível buscar no atual cenário internacional do setor alguns elementos que ajudam a compreender essa relativa resistência das vendas externas brasileiras, mesmo em um ambiente de aparente crise institucional. Atualmente um grande número de países está sendo negativamente impactado pela gripe aviária. A China, por exemplo, após muitos anos, reduziu sua produção interna de frangos, passando a suprir o consumo doméstico a partir de importações de países não afetados por essa enfermidade, dentre eles o Brasil. Em menor grau, também se pode dizer que as sanções impostas à Rússia, principalmente pelos Estados Unidos e pela União Europeia, como decorrência do conflito na Ucrânia, promoveram uma reorganização dos fluxos comerciais internacionais de carne suína que favoreceu marginalmente o Brasil.

Contudo é preciso atentar para o fato de haver tradicionais compradores entre os destinos que registraram os maiores recuos nas exportações gaúchas de carnes no mês de março. A situação que parece merecer maior atenção é a da China em relação às carnes suína e bovina. Após grande esforço diplomático do Governo brasileiro, viabilizou-se o reestabelecimento do acesso ao mercado chinês para esses produtos nos últimos anos. Devido ao potencial de consumo desse mercado e ao crescimento recente nas vendas, um novo bloqueio do mercado chinês representaria um prejuízo importante para a indústria brasileira de carnes, com rebatimentos no Rio Grande do Sul. Nos próximos meses, será decisivo o trabalho do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) na construção de uma agenda de trabalho que permita o esclarecimento dos fatos apurados e a garantia de depuração setorial. Ainda é cedo para projetar os impactos econômicos de longo prazo derivados da operação Carne Fraca, mas torna-se evidente a necessidade de aperfeiçoar as governanças pública e privada dessa cadeia produtiva.

Valor e volume das exportações de carnes do Brasil e de estados selecionados — mar./2016 e mar./2017

ORIGEM E PRODUTOS	2016		2017		VARIÇÃO %	
	Valor (US\$ milhões)	Volume (1.000t)	Valor (US\$ milhões)	Volume (1.000t)	Valor (US\$ milhões)	Volume (1.000t)
<b>Brasil</b> .....	1.158,1	585,1	1.248,8	542,6	7,8	-7,3
Carne de frango .....	546,9	384,1	612,9	359,9	12,1	-6,3
Carne bovina .....	502,9	136,3	486,5	121,0	-3,3	-11,2
Carne suína .....	108,3	64,8	149,4	61,7	37,9	-4,8
<b>Rio Grande do Sul</b> ...	142,4	88,1	153,8	80,5	8,0	-8,7
Carne de frango .....	89,4	62,6	96,5	59,5	8,0	-4,9
Carne bovina .....	17,8	4,9	15,5	4,4	-13,1	-9,9
Carne suína .....	35,2	20,7	41,8	16,6	18,8	-20,0
<b>Paraná</b> .....	222,3	157,0	249,0	147,9	12,0	-5,8
Carne de frango .....	194,2	144,7	219,5	136,7	13,0	-5,5
Carne bovina .....	12,0	3,6	8,2	2,2	-31,2	-38,7
Carne suína .....	16,2	8,6	21,3	8,9	31,4	3,8
<b>Goiás</b> .....	97,7	40,4	110,9	37,9	13,5	-6,2
Carne de frango .....	28,7	18,1	29,9	16,2	4,4	-10,4
Carne bovina .....	61,2	16,6	71,7	17,9	17,1	7,8
Carne suína .....	7,8	5,7	9,3	3,8	18,9	-33,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

# Fim do bônus demográfico. E agora?

Pedro Tonon Zuanazzi

[pedro@fee.tche.br](mailto:pedro@fee.tche.br)

Pesquisador em Estatística  
da FEE

O bônus demográfico (ou janela de oportunidade demográfica) é o período em que a dinâmica da estrutura etária da população contribui para o crescimento da economia da região. O bônus ocorre durante o intervalo em que, em relação ao ano anterior, há um aumento do percentual da População Potencialmente Ativa (PPA).<sup>1</sup>

Fundamentalmente, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* pode ser decomposto em três partes: a variação da produtividade média por trabalhador, o crescimento da proporção da PPA na população e o aumento do percentual de ocupados na PPA. Assim, mantendo constantes a produtividade por trabalhador e o percentual de ocupados na PPA, o crescimento do PIB *per capita* é equivalente ao crescimento da proporção da PPA na população.

Quando a taxa de fecundidade brasileira ainda estava em patamares acima de cinco filhos por mulher, crescia acentuadamente o percentual de crianças no País, e, por consequência, reduzia a participação da PPA (considerando como PPA a população de 15 a 59 anos). No entanto, com a queda da taxa de fecundidade a partir dos anos 60, o crescimento do número de crianças na população passou a ser menor do que o crescimento da PPA, dando origem ao bônus demográfico.

No entanto, o bônus possui prazo de validade. Dentro do processo de transição demográfica, a janela de oportunidade termina após algumas décadas, quando o elevado contingente de pessoas que, no passado, se encontrava na PPA ingressa na fase idosa e a reposição de novos entrantes na PPA não ocorre na mesma proporção, devido ao baixo número de jovens, o que faz aumentar o percentual de dependentes na população.

Dessa forma, o bônus demográfico brasileiro, que iniciou lentamente na década de 60 e se intensificou na década de 70, contribuiu com 0,73% ao ano para o crescimento do País no período 1990-2000 e com 0,32% ao ano entre 2000 e 2010. Em contrapartida, a contribuição deverá reduzir-se para 0,13% ao ano no período 2010-20, ocorrendo, em 2019, o fechamento da janela, conforme as projeções populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além do mais, o ponto de inflexão não é simultâneo para todo o território nacional. Enquanto estados das Regiões Norte e Nordeste ainda terão alguns anos da janela, no RS, estado com maior proporção de idosos, o bônus já se encerrou em 2011.

Posteriormente, a partir de 2020, a participação da PPA entrará em processo de redução no Brasil. Já no ano de 2030, a demografia deverá contribuir negativamente com 0,33%. Sendo assim, para que o PIB *per capita* cresça, será primordial o aumento da produtividade média por trabalhador ou da proporção de ocupados na PPA. Esta última, no entanto, só pode aumentar até o limite do pleno emprego.

Ainda que a reforma previdenciária, que está em discussão no Congresso, viesse a ampliar a idade mínima de aposentadoria para 65 anos e considerássemos como PPA a população entre 15 e 64 anos, o fim da janela de oportunidade se estenderia apenas até 2022, e, já em 2030, a

<sup>1</sup> Mais comumente, a literatura define o bônus demográfico como o intervalo em que decresce a razão de dependência, o que é equivalente ao período em que aumenta a proporção da PPA.

contribuição demográfica seria de -0,24%, ou seja, o intervalo do bônus demográfico se expandiria suavemente, mas o aumento da produtividade do trabalho permaneceria sendo necessário. Nesse cenário para o RS, o bônus teria se encerrado em 2016.

Esse desafio se intensifica se avaliarmos o crescimento histórico da produtividade média por trabalhador brasileiro, que, após o elevado aumento nas décadas de 50, 60 e 70, foi negativo nas décadas de 80 e 90, com -1,97% e -0,40% respectivamente, e positivo na primeira década dos anos 2000, em 1,15%, conforme dados do Federal Reserve Economic Data (FRED). Em outras palavras, mesmo na primeira década dos anos 2000, em que a economia brasileira obteve um desempenho positivo de 2,5% ao ano em seu PIB *per capita*, menos da metade desse crescimento deveu-se ao aumento da produtividade do trabalho.

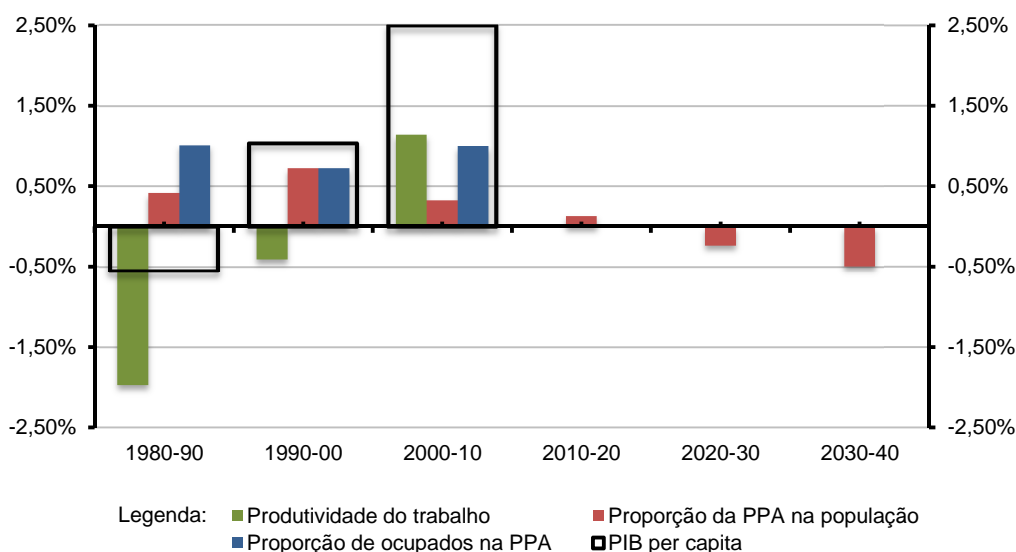
Apesar das dificuldades expostas, muitos países têm mostrado que é possível crescer mesmo após o fim do bônus demográfico. O maior exemplo disso é o Japão, que apresentou, conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a variação anual mais negativa da participação da PPA na primeira década dos anos 2000: -1,02%. Em contrapartida, concomitantemente, sua renda *per capita* cresceu 0,7%, principalmente devido à produtividade do trabalho, que aumentou 0,97% ao ano.

Outros países também poderiam ser citados, como Finlândia, Dinamarca e Holanda, que obtiveram crescimentos anuais do PIB *per capita* de 2,4%, 1,9% e 2,3% na mesma década, apesar da participação da sua PPA variar em -0,54%, -0,49% e -0,48% respectivamente. No entanto, é importante ressaltar que os exemplos disponíveis são predominantemente de países desenvolvidos, que já apresentavam elevados níveis de educação e de capital físico no momento do término do bônus demográfico.

O Brasil faz parte de um novo grupo, que reduziu seus patamares de fecundidade muito rapidamente e que experimentará decréscimos da participação da PPA ainda enfrentando dificuldades típicas de países em desenvolvimento. Dessa forma, o desafio é criar meios que possibilitem contornar esse processo, ampliando os investimentos em infraestrutura e educação, além de aumentar a retenção de mão de obra qualificada. No caso específico do RS, onde a participação da PPA na população já está diminuindo há mais tempo, o aumento da produtividade do trabalho se torna ainda mais essencial.

Contudo os desafios do fim do bônus demográfico são acentuados para um horizonte de longo prazo, tendo em vista que a atual crise econômica brasileira gerou um elevado número de desempregados, criando uma oferta reprimida de mão de obra. Assim, para o crescimento de curto prazo, o fim do bônus demográfico não é um entrave.

Variação anual do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, da produtividade do trabalho, da proporção da População Potencialmente Ativa (PPA) na população e da proporção de ocupados na PPA, no Brasil — 1980-2040



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Gapminder Foundation.  
Federal Reserve Economic Data.  
United Nations (World Prospects).  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



# A evolução do Índice de Rentabilidade das Exportações Gaúchas no período 2008-16

Tomás Amaral Torezani

[torezani@fee.tche.br](mailto:torezani@fee.tche.br)

Pesquisador em Economia da FEE

Bruna Kasprzak Borges

[bruna@fee.tche.br](mailto:bruna@fee.tche.br)

Pesquisadora em Economia da FEE

A Fundação de Economia e Estatística lançou, no dia 15 de março, um novo indicador: o Índice de Rentabilidade das Exportações Gaúchas (IREG), cujo objetivo é acompanhar mensalmente a evolução das rentabilidades total e setorial advindas da atividade exportadora do Estado ao longo do tempo. Tal acompanhamento contribui tanto para o setor governamental, auxiliando no direcionamento e na avaliação de políticas públicas voltadas ao setor produtivo, quanto para o empresarial, na medida em que permite entender, com maior precisão, a opção de uma empresa direcionar a sua produção para o exterior ou para o mercado doméstico ou, ainda, sua decisão de realizar, ou não, investimentos voltados à exportação. Logo, o IREG contribui para a avaliação da dinâmica da atividade produtiva exportadora do Rio Grande do Sul, indicando a direção e a margem de ganho de tal atividade. Ademais, o IREG é baseado no indicador nacional de rentabilidade das exportações, da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), e é o único existente em âmbito estadual.

O IREG resulta da relação entre três dos principais determinantes da rentabilidade exportadora, quais sejam o preço de exportação, a taxa de câmbio e os custos de produção.<sup>1</sup> O diferencial do índice de rentabilidade é calcular, explicitamente, os custos de produção para as atividades econômicas que produzem bens *tradables*, ou seja, bens exportáveis, os quais só podem ser calculados a partir de uma matriz de insumo-produto (MIP). No caso, foi utilizada a matriz mais atual do Rio Grande do Sul — referência 2008, calculada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Além da MIP-RS 2008, outra ferramenta de grande relevância para o cálculo do IREG foi o Sistema de Exportações FEE (SisExp), que fornece, nesse caso, os preços de exportação.

Quanto aos dados, a série anualizada do IREG aponta três períodos bastante definidos: o primeiro, de redução da rentabilidade, deu-se entre 2008 e 2011; o segundo, de crescimento, ocorreu de 2012 a 2015; e o terceiro, de forte recuo da rentabilidade exportadora gaúcha, evidenciou-se em 2016.

O primeiro período foi marcado pela forte apreciação do real em relação ao dólar e pela elevação dos preços de exportação e dos custos de produção, desconsiderando os efeitos adversos da crise financeira internacional de 2008/2009. Nesse momento, os preços dos bens exportados pelo RS ainda mostravam-se elevados, sob o efeito do *boom* das *commodities*, o qual também contribuiu para a apreciação do câmbio.

Já no segundo período, a rentabilidade das exportações gaúchas cresceu ano após ano, até atingir o seu valor máximo em 2015, mesmo esse sendo um ano marcado pelas recessões brasileira e gaúcha, caracterizadas pela piora de praticamente todos os indicadores econômicos e sociais. Nesse período, a taxa de câmbio passou a se depreciar continuamente a partir do segundo semestre de 2011 (e, com maior intensidade, em meados de 2014), enquanto os custos de produção continuavam o seu comportamento altista,

<sup>1</sup> Mais detalhes quanto à metodologia do IREG podem ser obtidos a partir do seu relatório metodológico: TOREZANI, T. A.; BORGES, B. K. Índice de Rentabilidade das Exportações Gaúchas (IREG). Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/20170314metodologia\\_ireg.pdf](http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/20170314metodologia_ireg.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2017.

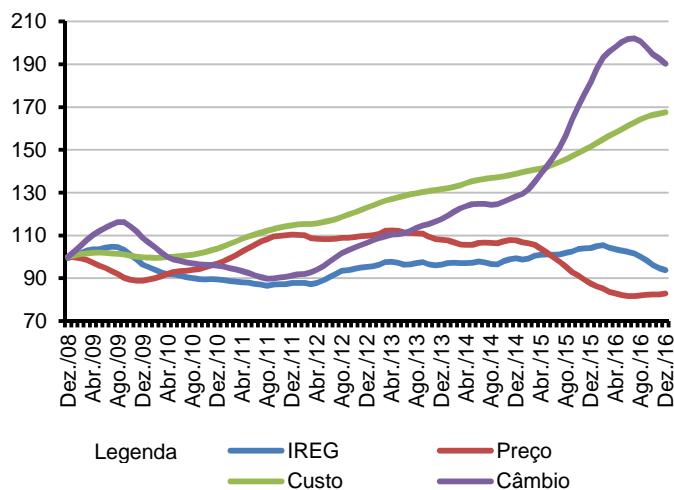
e os preços de exportação se mantinham praticamente estáveis até o primeiro semestre de 2014. Desse momento em diante, na esteira do fim do *boom* das *commodities*, os preços despencaram no mercado internacional. Mesmo assim, o câmbio mais que compensou os efeitos negativos dos demais componentes: enquanto a taxa de câmbio média, em 2011, fechou a R\$/US\$ 1,67, ela alcançou R\$/US\$ 3,33 em 2015.

A rentabilidade, por sua vez, recuou, em 2016, 9,9% em relação a 2015, pois o câmbio, mesmo com a depreciação de 4,8%, não foi capaz de neutralizar os efeitos adversos tanto da retração dos preços dos bens exportados (-5,3%) quanto do crescimento dos custos de produção (mais 10,5%). Com relação aos dados setoriais, todas as atividades, com exceção de apenas quatro (agricultura, produtos do fumo, outros equipamentos de transporte e pecuária e pesca), registraram variações negativas nos seus preços; por outro lado, os custos de todas as atividades econômicas apresentaram elevação. Na mesma comparação, foram registrados o maior recuo anual da rentabilidade e o maior aumento dos custos em toda a série.

Por fim, cabe destacar que a abertura setorial do IREG permite acompanhar as diferenças de trajetórias entre as atividades econômicas que o índice total não revela. Enquanto 2011 foi o ano em que o IREG total registrou o seu valor mínimo, ele também foi mínimo apenas para 12 das 25 atividades econômicas calculadas. Por outro lado, enquanto 2015 foi o ano com rentabilidade máxima no Estado, ela também foi máxima apenas para 11 atividades. Dessa forma, fica visível a relevância de se acompanhar os dados setoriais para um maior entendimento da realidade exportadora do RS, na medida em que ficam evidenciadas grandes diferenças na evolução da rentabilidade de cada atividade em resposta às diferenças no desempenho dos preços de exportação e nas estruturas de custo que impactam, de formas diferenciadas, a rentabilidade de cada atividade.

Gráfico 1

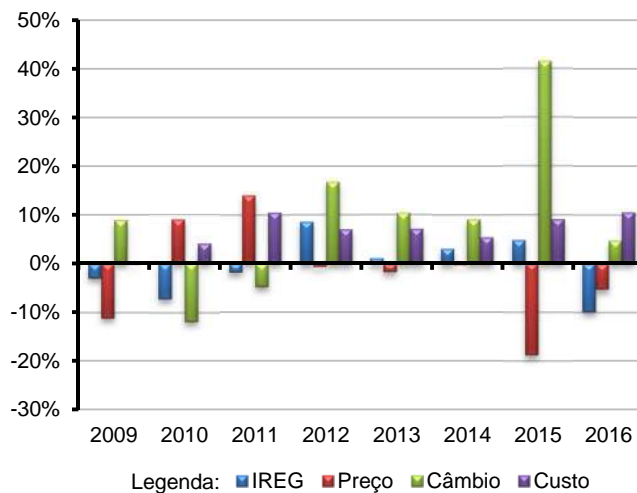
Evolução mensal do Índice de Rentabilidade das Exportações Gaúchas (IREG) e dos seus componentes — 2008-16



FONTE: Núcleo de Dados e Estudos Conjunturais (NDEC-FEE).  
NOTA: Os índices têm como base 2008 = 100; média móvel de 12 meses.

Gráfico 2

Variações anuais do Índice de Rentabilidade das Exportações Gaúchas (IREG) e dos seus componentes: 2009 a 2016



FONTE: Núcleo de Dados e Estudos Conjunturais (NDEC/FEE).

# A recessão brasileira pelo retrovisor

**Fernando Maccari Lara**  
[fernando@fee.tche.br](mailto:fernando@fee.tche.br)  
**Pesquisador em Economia da FEE**

Ao longo do segundo semestre de 2016, renovou-se a aposta de muitos analistas econômicos de que a retomada da “confiança” encaminharia o encerramento do processo recessivo iniciado ainda em 2015. Em análise anterior<sup>1</sup>, adotou-se perspectiva radicalmente diversa, ao considerar inexistente qualquer potencial fonte de demanda efetiva capaz de permitir a retomada do crescimento econômico no curto prazo. A divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos dados oficiais sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2016 e seus componentes sugere a confirmação dessa expectativa. Após contração bastante pequena (-0,3%) no segundo trimestre de 2016, as condições voltaram a deteriorar-se tanto no terceiro (-0,7%) quanto no quarto trimestre (-0,9%), e a economia brasileira fechou o ano com queda de 3,6% no seu PIB. Considerando os dois últimos anos, o IBGE registrou uma queda acumulada de 7,23%.

Observou-se, também em trabalho anterior<sup>2</sup>, que, por características que são estruturais, uma recessão com essa intensidade ocorre naturalmente associada à redução tanto da taxa de investimento quanto do coeficiente global de importações. Com base nos dados anuais, verifica-se que esse movimento esteve presente tanto em 2015 quanto em 2016, sendo mais uma evidência a confirmar a persistência da recessão. Os indicadores trimestrais do último ano revelam, entretanto, uma dinâmica um pouco diferente na comparação com a do ano anterior.

O consumo das famílias mostrou redução em rigorosamente todos os oito trimestres do biênio 2015/2016, acumulando queda de pouco mais de 8% ao longo do período. Na comparação entre os dois anos, a contração de 2016 (-4,25%) foi ainda mais intensa do que a de 2015 (-3,94%). Com respeito ao consumo do Governo, em 2015, foram observadas contrações em três dos quatro trimestres, acumulando queda de 1,06% no ano. Já em 2016, ocorreu o inverso, ou seja, houve variação positiva em três dos quatro trimestres, mas foi insuficiente para evitar a nova queda de 0,56% no dado anual. O desempenho das exportações, que havia sido o único componente da demanda a contribuir positivamente para o PIB ao longo de 2015, já não teve o mesmo desempenho em 2016. Três reduções sucessivas do volume exportado a partir do segundo trimestre fizeram com que, no acumulado do ano, sua contribuição tenha sido positiva, mas muito pequena e distante de poder contrapor a tendência recessiva da demanda doméstica.

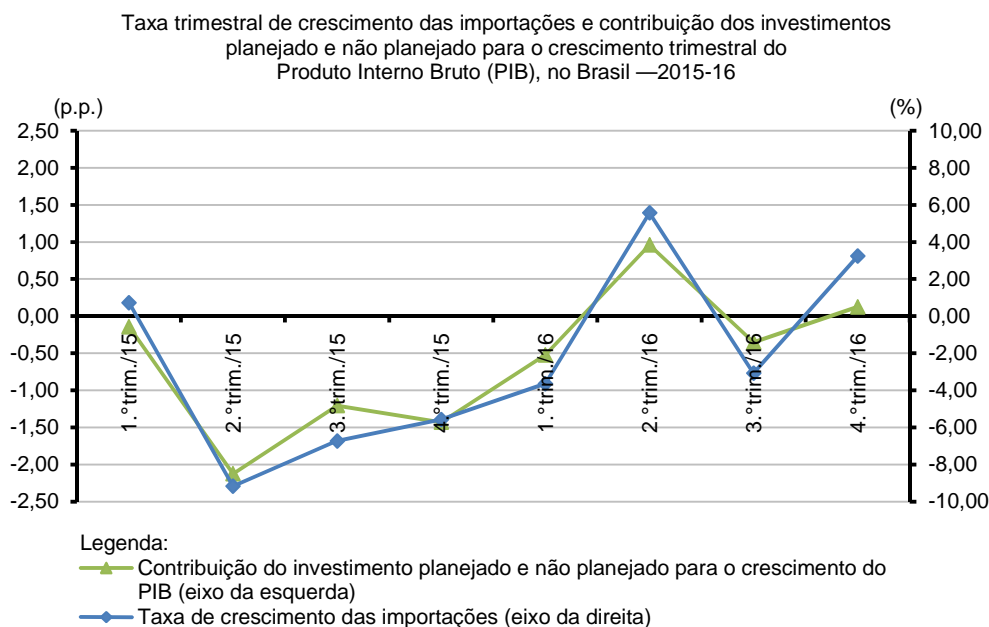
As diferenças mais significativas no comparativo entre os anos de 2015 e 2016 parecem estar no comportamento da formação bruta de capital fixo e das importações. Ao contrário de 2015, em que os dados trimestrais revelam um padrão mais definido de queda de ambas as variáveis, em 2016 há uma certa alternância entre períodos de retração e de crescimento. Com respeito à formação bruta de capital fixo, a impressionante queda acumulada de 22,66% ao longo dos dois anos deve-se tanto à contração de 2015 (-13,91%) quanto à de 2016 (-10,17%). Considerando os indicadores trimestrais dessazonalizados, observa-se, entretanto, que, após 10 trimestres

<sup>1</sup> LARA, F. M. Política econômica e perspectivas para a economia brasileira. Carta de Conjuntura FEE, Porto Alegre, v. 25, n. II, 2016.

<sup>2</sup> LARA, F. M.; BLACK, C. A recessão brasileira em 2015 e seu efeito conjuntural sobre as importações. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2016.



consecutivos de queda, houve um crescimento de 0,65% no segundo trimestre de 2016, em relação ao do ano anterior, mas variações negativas voltaram a ser registradas no terceiro e no quarto trimestre. No que diz respeito às importações, foi também precisamente no segundo trimestre de 2016 que o indicador de volume importado interrompeu uma sequência anterior de quatro quedas e apresentou crescimento de 5,6%. Após nova queda no terceiro trimestre, as importações voltam a crescer no último período, dessa vez, acompanhadas não de um aumento da formação bruta de capital fixo, mas, sim, de uma contribuição positiva da variação de estoques, aqui interpretada como aumento do investimento não planejado.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2017).

Pode-se cogitar, em primeiro lugar, a possibilidade de que o crescimento das exportações ao longo do ano de 2015 e no primeiro trimestre de 2016 tenha levado algumas unidades produtivas a ampliar, ou, ao menos, ajustar, a capacidade produtiva, visando atender a uma expectativa de crescimento do mercado externo. Um segundo elemento, não excludente em relação ao primeiro, pode ser a necessidade de executar certos investimentos que visam simplesmente sustentar a operação normal de algumas unidades produtivas. Certas frações do capital seguem chegando ao fim de sua vida útil e/ou sendo substituídas por similares mais modernas, motivando, assim, inversões pontuais, mesmo em condições de encolhimento do mercado interno e sem o objetivo de ampliar a capacidade produtiva.

Independentemente da causa predominante, o fundamental para a análise da conjuntura parece ser compreender por que esse movimento pôde constituir-se, no máximo, em um arrefecimento da recessão, em certo ponto de 2016, sem chegar a configurar uma efetiva recuperação. O investimento privado só poderá voltar a crescer sistematicamente se houver a necessidade de ajustar, de forma mais sustentada, a capacidade produtiva, visando atender a uma demanda agregada crescente. Nem o possível movimento de ajuste de estoques nem o desempenho positivo efêmero das exportações em 2015 foram suficientes para pôr em marcha esse mecanismo.

A persistência de um processo recessivo não exclui, portanto, a ocorrência de ajustes do estoque de capital, manifestados em variações positivas periódicas da formação bruta de capital fixo e das importações que lhe são complementares. Nas condições estruturais da economia brasileira, um retorno consistente do crescimento da produção e da capacidade produtiva parecem depender decisivamente do retorno do crescimento do consumo das famílias, principal componente da demanda agregada. Tal movimento está associado crucialmente às decisões da política econômica e das políticas públicas em geral. Nas atuais circunstâncias, em que a agenda política segue dominada pela austeridade fiscal e por projetos de reformas que, na perspectiva aqui adotada, devem penalizar os segmentos sociais com maior propensão ao gasto, segue bastante difícil encontrar elementos que permitam esperar que 2017 venha a apresentar resultados tão distintos daqueles que hoje se pode ver pelo espelho retrovisor.

## Política fiscal, crescimento e confiança

**Augusto Pinho de Bem**  
[augusto@fee.tche.br](mailto:augusto@fee.tche.br)  
**Pesquisador em Economia  
da FEE**

Em 2015, iniciou-se o segundo mandato de Dilma Rousseff com uma política fiscal marcada pela austeridade, liderada pelo ex-Ministro da Fazenda Joaquim Levy. O ajuste fiscal era justificado pela necessidade de conter o *deficit* e a dívida pública, resgatando a credibilidade da política econômica, e retomar um ciclo de crescimento. Não foi o suficiente para parte significativa das análises econômicas, como as expressas na visão de parcela do setor financeiro, de que a troca de governo devolveria a confiança, sentimento que pôde ser captado nos resultados positivos do Ibovespa, quando a perspectiva de *impeachment* se cristalizou, e também em diversas matérias de jornais. Com o crescimento dos índices de confiança após a queda de Dilma, prevaleceram as previsões otimistas sobre a economia brasileira, endossadas pelas previsões do boletim Focus, que vislumbraram, mês após mês, a recuperação, o que, até o presente momento, não se concretizou. Mesmo que modelos que tenham como fator central elementos subjetivos, como confiança, não venham demonstrando boa capacidade de previsão, dados objetivos relacionados à atividade não adquirem maior relevância nessas análises. Em nosso atual contexto, a política fiscal — e o ajuste —, que, segundo a narrativa acima descrita, ajudou no retorno da confiança, é fator central na intensidade da recessão.

O ajuste fiscal, por sua vez, foi mais intenso em 2015 do que em 2016. Embora, em valores reais, a despesa total tenha apresentado queda de 1,2% em 2016 contra aumento de 1,94% no ano anterior, esse número foi influenciado pelo pagamento recorde de despesas de exercícios anteriores, após o julgamento do Tribunal de Contas da União (TCU) das “pedaladas fiscais”. A partir da decisão do julgamento, o Governo viu-se obrigado a quitar passivos devidos aos bancos públicos referentes à gestão de programas do Governo Federal, alterando-se os prazos de pagamento até então vigentes, resultando em uma concentração de pagamentos dessas subvenções muito acima da média nesses dois anos. Descontando esses pagamentos durante os anos de 2015 e 2016, as despesas totais tiveram queda de cerca de 2,8% em 2015 e crescimento de 2,6% em 2016. As despesas discricionárias, uma boa medida do esforço fiscal para conter as despesas flexíveis do orçamento passíveis de contingenciamento, apresentaram uma forte queda de 13,8% em 2015, chegando ao nível de gastos de 2013, para, então, subir 2,8% em 2016.

Tais fatos desnudam o caráter altamente subjetivo das análises do discurso do Governo e de parte expressiva do “mercado”. Em 2015, o ajuste fiscal de Levy foi mais intenso que o liderado por Henrique Meirelles em 2016, mas, naquele momento, não foi suficiente para resgatar a credibilidade. O fato objetivo de o corte de despesas ter sido menos intenso e de o resultado primário e da relação dívida/PIB terem piorado em 2016 é ignorado. Não queremos dizer que a austeridade foi deixada de lado no ano passado, mas, sim, que, se os dados objetivos demonstram menor intensidade, fatores subjetivos tiveram maior peso sob essa análise.

Com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, que restringe o crescimento da quase totalidade das despesas primárias do Governo Federal de cada exercício financeiro ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos 12 meses acumulados em junho do ano anterior, por um mínimo de 10 anos, limita-se a capacidade de o Governo utilizar uma política fiscal anticíclica. Além disso, o crescimento de alguns gastos acima da inflação

implicará cortes em outras áreas, o que levará a tensões entre os diversos grupos de interesse pelas verbas orçamentárias. Como a maior parte do orçamento é de gastos vinculados, os investimentos e demais gastos discricionários tendem a ser os mais afetados por cortes. Em um contexto de Produto Interno Bruto (PIB) em queda, diversos estudos mostram que o efeito multiplicador dos investimentos públicos atinge o seu máximo e pode auxiliar na retomada da economia brasileira, opção que não está nos planos do Governo.

Com a política fiscal adotando postura passiva, o setor privado deveria puxar a recuperação, mas segue com imensas dificuldades. Mesmo dois anos depois de seu início, a recessão ainda é generalizada e atingiu agropecuária, indústria e serviços em 2016. O desemprego cresceu e atingiu 12% da força de trabalho. A renda *per capita* caiu 9,1% desde o início da crise, e o consumo das famílias, 4,2%, voltando ao nível de 2011. A formação bruta de capital fixo caiu 10,2% em 2016, e a taxa de investimentos chegou a 16,4% do PIB, menor valor da série histórica iniciada em 1996. Mesmo as celebradas quedas da inflação e dos juros, que são dados objetivos positivos, podem não ser condições suficientes para o aumento do consumo. Como as lições recentes da Zona do Euro nos mostram bem, só haverá uma retomada consistente a partir de uma recuperação sustentada da renda e da diminuição do desemprego.

Criticando a fé cega que alguns economistas depositam no conceito de confiança, o economista norte-americano Paul Krugmann cunhou a expressão “fada da confiança”: bastaria ela estar presente que, como num passe de mágica, os problemas da economia se resolveriam. É algo parecido com análises sobre o impacto do ajuste no Brasil, que garantem que a volta da confiança, invariavelmente, trará o crescimento econômico, que, mesmo que demore anos, quando ocorrer, terá sido consequência do ajuste. O lapso de tempo entre o ajuste e o crescimento é atribuído aos erros da política anterior. A crítica a essa postura repousa em seu caráter de não falseabilidade: estabelecem-se critérios com o objetivo de corroborar a política econômica defendida, mas, mesmo que os resultados de dados relacionados ao objeto em análise piorem, não se altera o julgamento de que a política utilizada está correta.

Ao anunciar a retomada da atividade econômica, baseando-se principalmente nos índices de confiança, o Governo subestima a importância dos efeitos das variáveis reais, como emprego, renda e investimentos públicos, que seguem apresentando resultados negativos e explicam os adiamentos frequentes da esperada retomada. Nessa conjuntura, o ajuste fiscal é mais um fator a colaborar para o adiamento da recuperação, efeito contrário ao que o Governo prometeu ao iniciá-lo.

Indicadores selecionados da economia brasileira — 2014-16

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	2016
Produto Interno Bruto (PIB) (1) .....	0,5	-3,8	-3,6
Consumo das famílias (1) .....	2,3	-3,9	-4,2
Consumo do Governo (1) .....	0,8	-1,1	-0,6
Desemprego (PNAD) (2) .....	6,5	9,0	12,00
Despesas primárias totais (1) .....	6,33	1,94	-1,19
Despesas discricionárias (1) .....	10,63	-13,87	2,84
Deficit primário (3) .....	-0,4	-1,9	-2,4
Dívida Bruta/PIB (3) .....	63,3	73,7	78,3
Índice de confiança da indústria (4) .....	84,3	76,3	84,7
Índice de intenção de investimentos (2) .....	107,8	85	93,1

FONTE: IBGE.

Secretaria do Tesouro Nacional.

IMF.

FGV.

(1) Variação sobre o ano anterior. (2) Trimestre encerrado em dezembro.

(3) Em % do PIB. (4) Dado de dezembro.

## Reflexões sobre as novas exigências de conteúdo local e o Polo Naval de Rio Grande

**Beky Moron de Macadar**  
[macadar@fee.tche.br](mailto:macadar@fee.tche.br)  
Pesquisadora em Economia da FEE

A indústria naval e *offshore* é uma indústria complexa que envolve diversas etapas ao longo do tempo para o planejamento e a montagem de produtos de alto valor agregado. Nas últimas décadas, os processos de produção evoluíram e houve uma crescente automação dessas etapas. Para que o setor seja competitivo, são necessários investimentos elevados, cujo retorno se dá após longa maturação, de modo que uma demanda estável por um período prolongado torna-se fundamental.

A exigência de conteúdo local é um expediente utilizado pelo Governo Federal para ampliar a participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços, gerando emprego, renda e desenvolvimento tecnológico. Os contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural são firmados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) com as empresas vencedoras nas rodadas de licitações e incluem a cláusula de conteúdo local.

Desde o início dos anos 2000, a decisão da Petrobras de priorizar a aquisição de navios e de plataformas no País por meio do estabelecimento de uma política de conteúdo local nacional foi a principal responsável pela recuperação da indústria naval brasileira. Entretanto, essa indústria está novamente em risco. Em razão da queda do preço do barril de petróleo, somada à crise na Petrobras, além das deficiências nas regras de conteúdo local, que vigoraram desde 2005, com a aferição *ex post* dos índices de conteúdo, novas regras, que representam uma redução substancial das exigências, foram acertadas. Essas regras vão valer em todas as rodadas que serão realizadas a partir da 14.<sup>a</sup>, prevista para o mês de setembro de 2017.

A crise na Petrobras levou ao redimensionamento de suas atividades, afetando as encomendas e os empregos tanto no setor como na cadeia produtiva. Além do cancelamento de encomendas, houve atrasos nos pagamentos aos estaleiros e nas decisões de investimento e expansão da produção. A corrupção e o endividamento excessivo de alguns estaleiros também colaboraram para agravar a situação. Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o setor naval já perdeu aproximadamente 44% dos empregos entre 2014 e 2016, passando de 71,5 mil para 40,2 mil respectivamente. No Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Sul do Rio Grande do Sul, os municípios mais afetados pela situação atual da Petrobras são Rio Grande e São José do Norte. No primeiro, dos 7.483 empregos no setor naval, em dezembro de 2014, só restaram 1.651 no final de 2016, incluindo, nesse número, a demissão, no mês de dezembro, de mais de 3.000 trabalhadores por parte do Estaleiro Rio Grande. Um certo alívio sobreveio em março de 2017, quando a Petrobras e o Consórcio QGI firmaram um contrato para a montagem das plataformas P-75 e P-77. Com a retomada dessa encomenda, haverá uma recuperação parcial do emprego no setor, nesse município. Já no Município de São José do Norte, o estaleiro EBR continua montando a P-74, cuja conclusão está prevista para os próximos meses. Nesse município, os empregos no setor ficaram em 817, 2.883 e 2.613, respectivamente, nos meses de dezembro de 2014, 2015 e 2016. O problema do Polo Naval do Corede Sul é que não há previsão de novos projetos e que as encomendas da Petrobras, depois da reestruturação em curso, sofrerão uma redução substancial. Além disso, as novas regras de conteúdo local constituem um desestímulo às empresas nacionais para

efetuar investimentos que exigem uma demanda estável durante longos períodos para recuperar os pesados investimentos. A política de conteúdo local incentivou a entrada em operação de empresas nacionais e permitiu o adensamento da cadeia produtiva, possibilitando o desenvolvimento de uma indústria de fornecimento de bens e serviços relativamente sofisticados tecnologicamente. Entretanto, com a redução das exigências, as empresas estrangeiras que se instalaram no território brasileiro para atender a demanda de conteúdo local não terão o mesmo estímulo para continuar produzindo no País e poderão transferir suas operações para o exterior. Assim o fazendo, estarão prejudicando aqueles fornecedores locais da cadeia produtiva que investiram para atendê-las.

Ao optar pela redução do conteúdo local, o Governo favorece a substituição de fornecedores locais da indústria naval e *offshore* por fornecedores externos. Com essa decisão, praticamente desconsiderou que a política de conteúdo local anterior incentivou as empresas do setor a investirem na produção de bens e serviços e possibilitou o desenvolvimento de uma indústria tecnologicamente mais sofisticada, que permitiu a redução do hiato de competitividade com o exterior.<sup>1</sup> A redução das encomendas já tinha abalado profundamente a indústria naval e *offshore* brasileira, mas a mudança nas regras de conteúdo local representa um fator adicional, que restringe as possibilidades de uma maior participação das empresas nacionais nessa indústria. O percentual de conteúdo local mínimo na produção de plataformas, por exemplo, passou de 55% para 25%, apresentando uma redução de 54,5%, retalhando, assim, a cadeia produtiva e tornando o País um simples montador de plataformas. No caso do Rio Grande do Sul, considerando a redução das encomendas e as novas regras de conteúdo local, o retrocesso do Polo Naval do Corede Sul é inevitável.

Exigências de conteúdo local mínimo para a produção *onshore* e *offshore* de óleo e gás no Brasil — 2017

DISCRIMINAÇÃO	EM VIGOR NAS RODADAS DE LICITAÇÕES JÁ MARCADAS	A VIGORAR A PARTIR DA 14ª RODADA DE LICITAÇÕES EM SET/2017	(%)
			VARIAÇÃO
<b>Em terra (<i>onshore</i>)</b>			
Exploração .....	70,0	50,0	-28,6
Desenvolvimento .....	77,0	50,0	-35,1
<b>Em alto-mar (<i>offshore</i>)</b>			
Exploração .....	37,0	18,0	-51,4
Construção de poço .....	55,0	25,0	-54,5
Sistema de coleta e escoamento .....	55,0	40,0	-27,3
Unidade estacionária de produção (plataforma)	55,0	25,0	-54,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério de Minas e Energia.

<sup>1</sup> ROCHA, I.; MAGACHO, G. Ainda há espaço para o conteúdo local? Valor Econômico, 15 dez. 2016.

MAGACHO, G. Brasil: dinâmica de la industria de bienes de capital en el ciclo expansivo 2003-2008 y tras la crisis mundial. Revista Cepal, Santiago, n. 119, ago. 2016. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40395/1/RVE119\\_es.pdf](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40395/1/RVE119_es.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2017.



# Organização administrativa e acadêmica do ensino superior no Rio Grande do Sul

Lívio Oliveira

[livio@fee.tche.br](mailto:livio@fee.tche.br)

Pesquisador em Economia da FEE

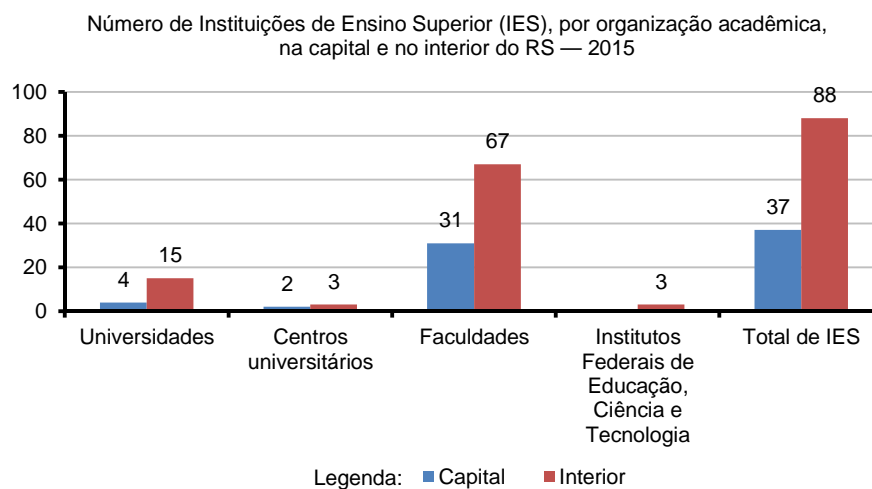
A estrutura do ensino superior no RS, assim como ocorre nos demais estados, é regulada por leis federais, entre as quais a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), e o Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006.

Quanto à natureza jurídica da organização administrativa, as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil podem ser públicas ou privadas. No sistema de ensino superior, há outros dois subsistemas: o federal e o estadual. O federal engloba todas as IES de responsabilidade da União (universidades federais, faculdades federais, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)), vinculadas diretamente ao Ministério da Educação (MEC), e as IES privadas, que podem ser confessionais, filantrópicas e comunitárias. O sistema estadual de ensino superior inclui as IES de responsabilidade dos estados (Secretarias Estaduais de Educação) e dos municípios (Secretarias Municipais de Educação). Outra classificação divide ainda as IES em acadêmicas e tecnológicas. As acadêmicas se dividem em universidades, centros universitários, faculdades integradas e faculdades; as tecnológicas englobam os Cefets e as IFs. As IES tecnológicas têm como objetivo o atendimento de candidatos que queiram se inserir mais rapidamente no mercado de trabalho, em cursos que duram, geralmente, três anos e fornecem diploma de tecnólogo.

Os cursos nas IES, em termos de níveis de ensino, podem ser enquadrados nas seguintes categorias: (a) sequenciais, (b) de graduação (bacharelado e licenciatura), (c) de pós-graduação *lato sensu* — aperfeiçoamento (especialização e MBA) — ou *stricto sensu* (mestrado acadêmico e profissional, doutorado e pós-doutorado), (d) de extensão e (e) de ensino à distância (EAD). No conjunto das IES acadêmicas, as universidades públicas têm um papel de destaque em fornecer ensino de graduação e de pós-graduação de qualidade aliados à pesquisa. Comumente, são essas as instituições que possuem os cursos mais bem avaliados dentre as IES acadêmicas. A pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil, é o segmento mais bem-sucedido em termos de desempenho.

As universidades, por atribuição legal, têm como função principal a formação de mão de obra altamente qualificada, associando o ensino na graduação e na pós-graduação com pesquisa de alto nível. A pesquisa nas universidades, de acordo com os pressupostos da legislação (LDB/96, artigo n.º 52, III), deve ser realizada por significativo percentual de professores mestres ou doutores com dedicação integral. Porém, na prática, nem sempre as universidades cumprem esse papel, principalmente as da iniciativa privada, por darem preferência ao ensino da graduação em detrimento da pesquisa, por razões de custos. Isso ocorre porque a realização de pesquisas, notadamente aquelas que resultam em inovação, demanda elevados investimentos em infraestrutura de laboratórios, máquinas, equipamentos e capital humano qualificado. Aliada à restrição dos altos custos das pesquisas, existe a questão da escassez de capital. Assim, no Brasil, ao contrário do papel especificado na legislação, é reduzido o número de universidades privadas que oferecem ensino associado à pesquisa sistemática. Essa fica a cargo, na maior parte dos casos, das universidades públicas, especialmente as federais, como é o caso, no estado, da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul (UFRGS), uma das principais do País. Por outro lado, os centros universitários são instituições voltadas para o ensino de graduação, que, em caso de comprovada qualidade de seus cursos, fazem jus a uma maior autonomia. Na prática, poucos centros universitários apresentam essas características. Muitas IES, principalmente as faculdades isoladas, oferecem apenas cursos noturnos, de baixo custo, visando a atender, preferencialmente, uma demanda formada por estudantes que exercem ocupações profissionais diurnas. O gráfico mostra o número de IES por organização acadêmica no RS, no ano de 2015, na capital e no interior.



FONTE: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep).

De acordo com o gráfico, em 2015, existiam 125 IES no RS: 37 na capital e 88 no interior. Das 19 universidades existentes, quatro estavam sediadas em Porto Alegre: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). As duas primeiras são instituições públicas federais, a terceira é uma instituição pública estadual e a quarta é uma IES privada sem fins lucrativos. As demais 15 universidades localizavam-se fora da capital. Entre as mais importantes, podem ser citadas a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), primeira IES federal criada no interior do País (1960); a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Federal de Rio Grande (FURG), ambas criadas em 1969; e também a Universidade Federal do Pampa, criada em 2006, com sede em Bagé. Dos cinco centros universitários existentes no RS, dois estavam sediados na capital gaúcha, e três localizavam-se fora de Porto Alegre. O número de faculdades era de 31 na capital e 67 no interior. Os três IFs do RS localizavam-se no interior: o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), sediado em Bento Gonçalves, o Instituto Federal Farroupilha (IFFarroupilha), localizado em Santa Maria, e o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), sediado em Pelotas.

Quanto à localização, 88 IES (70,0% do total) estavam sediadas no interior do Estado, enquanto 37 (30% do total) localizavam-se na capital, o que indica, em termos de números de instituições existentes, uma significativa interiorização do ensino superior no RS.

# Homicídios dolosos e eficiência policial no Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2007-16

**Cristina Maria dos Reis Martins**

[cristina@fee.tche.br](mailto:cristina@fee.tche.br)

**Pesquisadora em Economia da FEE**

Conforme os dados da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, no período 2007-13<sup>1</sup>, as causas externas de mortes representavam 9,3% dos óbitos, e os homicídios, 2,8% das mortes no Estado. Nesse período, em torno de 48,7% do total de homicídios ocorreram na faixa entre 15 e 29 anos, representando, em média, 31,4% das mortes dos jovens. O coeficiente de mortalidade por agressões indicou que ocorreram, em média, 59,6 mortes a cada 100.000 habitantes nessa faixa etária, durante esse período.

Com base nos dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP-RS), as ocorrências de homicídios dolosos no RS aumentaram em 62,6% em 2007-16, com crescimento de 5,5% ao ano. O coeficiente de mortalidade por homicídios dolosos no RS passou de 14,8 mortes a cada 100.000 habitantes em 2007 para 23,1 mortes a cada 100.000 habitantes em 2016, com incremento de 61,7%. A mortalidade proporcional dos homicídios dolosos — que mede a participação relativa desses no total de óbitos — situou-se em torno de 2,3% sobre o total de óbitos no Estado. Em 2016, 58,3% dos homicídios dolosos ocorreram na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que — com 34 municípios, onde residiam em torno de 4 milhões de pessoas — concentrava em torno de 39% da população do Estado em 2016.

Embora a RMPA tenha apresentado, no último período intercensitário (2000-10), uma taxa de urbanização de 96,7% e crescimento populacional de 0,64% a.a. contra 85,10% e 0,49% a.a. no RS, o aumento nos homicídios dolosos na Região Metropolitana ficou abaixo daquele verificado no Estado, com acumulado, no período 2007-16, de 59,4% e crescimento de 5,3% a.a. Apesar do aumento menor, a RMPA apresentou coeficientes de mortalidade por homicídios dolosos superiores aos verificados no Estado. A RMPA passou de 23,4 mortes/100.000 habitantes em 2007 para 35,5 mortes/100.000 habitantes em 2016. A mortalidade proporcional por homicídios dolosos ficou, em média, em 3,7% sobre o total de óbitos na RMPA.

Dentre os municípios metropolitanos, sete apresentaram coeficientes de mortalidade por homicídios dolosos superiores ao coeficiente registrado para a RMPA. Desses sete, Viamão passou de um coeficiente de 24,3 mortes/100.000 habitantes em 2007 para 49,1 mortes/100.000 habitantes em 2016, com crescimento nas ocorrências de homicídios dolosos em 8,6% a.a. e acumulado de 110,2% no período; e Porto Alegre passou de um coeficiente de 31 mortes/100.000 habitantes em 2007 para 47,6 mortes/100.000 habitantes em 2016, com crescimento acumulado nas ocorrências de 58,1% e 5,2% em média ao ano.

Na RMPA, em 2007-16, os furtos e roubos de veículos aumentaram 9%, a metade do percentual observado no Estado, que foi de 18,2%. Já os veículos recuperados no Estado cresceram 25,6% no mesmo período. Os delitos relacionados a armas e munições tiveram maior aumento na área metropolitana, 19,1% contra 16,5% de crescimento no RS. Nesse mesmo período, foram apreendidas 71,8 mil armas de fogo no Estado.

As ocorrências referentes à posse de entorpecentes cresceram 60,4% no Estado no período analisado. No entanto, na RMPA, o avanço foi de

<sup>1</sup> Disponibilidade dos dados da Secretaria de Saúde somente até 2013.

apenas 15,8%. A participação desse delito na RMPA em relação ao RS caiu de 50,3% em 2007 para 36,3% em 2016. Por outro lado, as ocorrências de tráfico de entorpecentes aumentaram significativamente tanto no Estado (152,1%) como na Região Metropolitana (135,8%), crescendo, em média, 10% a.a. em 2007-16. Em 2016, 52,7% das ocorrências de tráfico de entorpecentes foram registradas na RMPA. Destaca-se que, do total de ocorrências referentes aos entorpecentes, em torno de 60% foram de posse.

No período 2007-16, foram apreendidas 76,1 toneladas de entorpecentes no RS. As apreensões também suscitam um avanço das drogas sintéticas no Estado, cujas apreensões passaram de 142 comprimidos em 2010 para 13,7 mil comprimidos em 2016.

Da comparação entre os indicadores criminais e de eficiência policial, destaca-se a recuperação de veículos, com variações superiores aos roubos e furtos de veículos, em 2007-16, a mesma tendência também é observada em relação aos entorpecentes, cujas apreensões acumularam aumento superior às ocorrências de entorpecentes.

Entretanto o aumento significativo nos homicídios dolosos sugere que, para o combate à criminalidade, além das ações de coerção policial por parte do Estado, há necessidade de políticas públicas de segurança articuladas com outras políticas públicas (renda/emprego, saúde, educação) e com o envolvimento dos demais entes federativos (União e municípios).

Indicadores criminais e de eficiência policial no Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) — 2007-16

DISCRIMINAÇÃO	RS				RMPA					
	2007 (número)	2016 (número)	Δ% 2007-16	Δ% Ano	2007		2016		Δ% 2007-16	Δ% Ano
					Número	% no RS	Número	% no RS		
<b>Homicídio doloso</b> .....	1.604	2.608	62,6	5,5	954	59,5	1.521	58,3	59,4	5,3
População (1.000 habitantes) .....	10.844	10.907	0,6	0,1	4.079	36,7	4.287	39,3	5,1	0,6
Coeficiente de mortalidade (homicídios./ 100.000 hab.) .....	14,8	23,9	61,7	5,5	23,4	...	35,5	...	51,7	4,7
<b>Furtos e roubos de veículos</b> .....	31.470	37.182	18,2	1,9	22.602	71,8	24.645	66,3	9,0	1,0
Veículos recuperados .....	20.137	25.284	25,6	2,6	...	...	...	...	...	...
Delitos relacionados às armas/munições	6.616	7.709	16,5	1,7	2.284	34,5	2.720	35,3	19,1	2,0
Armas de fogo apreendidas .....	6.534	7.351	12,5	1,3	...	...	...	...	...	...
Entorpecentes (posse) .....	6.446	10.340	60,4	5,4	3.242	50,3	3.753	36,3	15,8	1,6
Entorpecentes (tráfico) .....	3.477	8.764	152,1	10,8	1.958	56,3	4.616	52,7	135,8	10,0
Entorpecentes apreendidos (kg) (1) .....	3.984	13.062	227,8	14,1	...	...	...	...	...	...

FONTE: SSP/RS.

SIP-PROCERGS.

FEEDados/Estimativas e previsões população (2007, 2016).

NOTA: Os crimes referem-se às ocorrências policiais. A recuperação de veículos e as apreensões referem-se às ações das Polícias Civil e Militar no Estado (indicadores de eficiência).

(1) Em 2007-16, foram apreendidos no RS 56,1 mil kg de maconha, 2,5 mil kg de cocaína, 2,7 mil kg de crack, 14,8 mil kg de haxixe. Além disso, em 2010-16, foram apreendidos 13,3 mil pontos de LSD e 41,6 mil comprimidos de ecstasy.

[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

 /fundação.rs |  @fee\_rs

 @fundação.rs

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 06.04.17).

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1517-7262

 **Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: José Reovaldo Oltramari  
Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari  
Diretora Administrativa: Daniella Baldasso

**Conselho Editorial:** Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Marcos Vinício Wink Junior e Vandlei Zanin  
**Revisão e editoração:** Eleni Azambuja e Susana Kerschner